



Anais da Assembléia

Nº 61

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE JUNHO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 55ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 1983
(Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos,
secretariada pelos Srs. Deputados Sérgio Spada e Erondy
Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes
Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner
Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu
Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos,
Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio
Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio
Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato
Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio,
Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari
Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto
Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ironi Pugliesi,
Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca,
Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário
Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi,
Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado,
Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto
Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu
França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio
Setogutte, (57), e o Deputado Wilson Fortes, em licença (1).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente
declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de
Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão
anterior.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está em votação a
Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. WERNER WANDERER — (Pela Ordem) Sr. Presidente,
requero verificação de votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela Ordem) Sr. Presidente,
requero chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa defere e irá
proceder a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

27 Srs. Deputados responderam a chamada.

Está aprovada a ata. Há "quorum" para prosseguimento
da sessão.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

Telex:

Com o seguinte teor:

"CUMPRO COM SATISFAÇÃO DECISAO DO
PLENARIO DESTA CASA SUGERINDO ESSA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA SOME-SE MOVIMENTO JUNTO A CLASSE
POLITICA NACIONAL E GOVERNO FEDERAL NO
SENTIDO DE REVISAO DO ABSURDO AUMENTO DAS
PRESTAÇÕES DO BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO.
DEPUTADO ANTENOR FERRARI

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO RIO GRANDE DO SUL"
— Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, no uso de suas atribuições
regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja
consignado na Ata da sessão de hoje, voto de profundo
pesar pelo falecimento da Sra. CECÍLIA BATISTA MATTOS,
esposa do Excelentíssimo Prefeito Municipal de Ortigueira,
Antônio de Oliveira Mattos, ocorrido quinta-feira última,
dia 02 de junho, naquela localidade.

Requer outrossim, seja enviado expediente à família
ora enlutada, no Município de Ortigueira, dando ciência da
douta decisão do Plenário.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas
atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário,
voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Dr.
HENRIQUE NOGUEIRA FORMANN, ocorrido nesta Capital.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1983.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas
atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário,
seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado da
Cultura e do Esporte, para que determine à PARANATUR,
a realização de estudos das potencialidades turísticas da
"Gruta do Alumê", no Município de Tibagi, região com
formação idêntica à de Vila Velha, em Ponta Grossa, com
inscrições e desenhos pré-históricos de alto significativo
geológico.

Solicitando, igualmente, o fornecimento de recursos
financeiros destinados à sua exploração turística.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas
atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário,
seja encaminhado expediente a Sua Excelência o Sr.
Secretário de Estado dos Transportes, Deputado Deni Lineu
Schwartz, solicitando a inclusão do Município de Telêmaco
Borba, no programa do PRORURAL, para melhoria nas
estradas rurais do município.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de
suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o
Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência

o Sr. Secretário de Estado da Agricultura, Dr. Claus Magno Germer, solicitando a execução, pela Fundação Instituto de Terras e Cartografia, mediante convênio com o Município de Tibagi, de trabalho visando o planejamento urbano de uma área de 44 alqueires no Distrito de Alto do Amparo, com o fornecimento de documentos aos posseiros ocupantes de pequenas áreas atualmente (mediante escrituras públicas de doação).

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1983.

(a) PÉRICLES PACHECO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, solicitando providências junto ao DER e DNER, no sentido da restauração do leito da Rodovia BR-376, no trecho onde se situa o Rio Barrinha, seriamente danificado em consequência das fortes chuvas que assolaram aquela região, como medida de prevenção a futuros prejuízos para a economia paranaense.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1983.

(a) ODENI MONGRUEL

JUSTIFICATIVA:

O "Jornal da Manhã", da cidade de Ponta Grossa, traz em sua edição do dia 31 de maio, uma reportagem com o título "NOVAS CHUVAS FAZEM BARRINHA FICAR TRÊS METROS ACIMA DO ASFALTO".

Sr. Presidente, a nossa intervenção prende-se fundamentalmente em chamar a atenção das autoridades competentes para a verificação e correção do citado leito dessa rodovia, uma vez que esse rio situa-se numa região que representa um importante elo de ligação entre as regiões produtivas agrícolas do norte e noroeste do Estado com o centro-sul e litoral.

É indispensável que não fique mais a economia paranaense sujeita a sacrifícios de tal monta, pois a cada período de chuvas intermitentes, esse rio tende a transbordar, como de fato já ocorreu, pondo em risco não só os residentes das suas proximidades, mas também a economia paranaense, somados aos prejuízos que poderão advir num futuro próximo, como os que vêm afetando a economia paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes, solicitando a pavimentação da Estrada Aguapeí, que liga os Municípios de Japurá e São Carlos do Ivaí, num trecho de 12 quilômetros, referentes à distância entre Japurá e a barranca do Rio Ivaí, no Porto São Carlos.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1983.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

A pavimentação do referido trecho facilitará a locomoção dos habitantes da região, já que o trecho possui considerável tráfego, ocasionando ainda um melhor escoamento da safra agrícola, uma vez que já existiu projeto de melhoria da estrada para posterior pavimentação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que esta Assembléia

Legislativa, após ouvido o Plenário, encaminhe apelo a Sua Excelência o Presidente da República, João Baptista Figueiredo, e ao Excelentíssimo Sr. Ministro Mário Andreazza, do Interior, no sentido de que sejam feitos urgentes estudos para criação do INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO ou a implantação do mesmo através de Decreto-lei para sua mais rápida vigência.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1983.

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

O problema da aquisição da casa própria em nosso País, está adquirindo perigosos contornos diante dos crescentes e sucessivos reajustes impostos aos financiamentos. E agora, quando se enuncia para o próximo mês de julho um reajuste na ordem de 130 por cento, a questão assume gravidade absoluta. Ninguém desconhece a importância da propriedade como instrumento da paz social. O Banco Nacional de Habitação foi criado para solucionar o angustiante problema das populações sem moradia sob a inspiração dos melhores propósitos por parte do poder público.

Hoje, contudo, os catastróficos efeitos de uma terrível crise econômica estão sendo repassados para a sociedade, através dos produtos de consumo. O direito à habitação é imposto ao Estado até como um dever constitucional, a exemplo das obrigações relacionadas com a saúde, educação, segurança ou lazer.

Acreditamos que se o Governo Federal criar o Instituto Nacional de Habitação com características exclusivamente sociais, eliminando os chamados "agentes financeiros", que tanto oneram as operações, já que visam precipuamente a lucratividade, a Nação poderá conquistar um clima ideal de tranquilidade.

Em pronunciamento mais extenso que faremos da tribuna que ocuparemos, com maiores detalhes, do importante tema objeto deste requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER seja endereçado telex aos Ministros da Fazenda, Agricultura e Planejamento, as reivindicações das Cooperativas do Sudoeste do Estado, tudo conforme relação anexa, dos telex que apresentam o rol de tais reivindicações.

E que da decisão se comunique os interessados.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de apelo aos Excelentíssimos Srs. Presidente da SUDESUL, Secretário dos Transportes e Secretário do Planejamento, a fim de que estas autoridades viabilizem estudos para liberação de recursos para o Município de Planalto, fortemente atingido com as constantes chuvas que assolam o nosso Estado.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado aos Excelentíssimos Srs. Presidente da SUDESUL, Secretário do Planejamento e Secretário dos Transportes, cópia

do levantamento dos efeitos provocados pelas chuvas, na região de Chopinzinho.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 71/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a “IGREJA EVANGÉLICA ALMAS PARA CRISTO RESTAURADA”, com sede na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública está devidamente registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, desta Capital, e serve desinteressadamente à coletividade, conforme documentação que anexamos ao presente plano de lei, cumprindo, desta forma, o que dispõe a legislação pertinente à matéria aqui focalizada.

Assim sendo, levamos à consideração dos nobres Pares a medida aqui proposta, esperando o devido apoio e posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “Venho hoje à tribuna como porta-voz de cento e trinta funcionários da Fundação Cultural de Curitiba, que assinaram uma carta-manifestação de solidariedade diante da denúncia do Deputado Ervin Bonkoski, de que os diretores daquela casa de cultura eram “comunistas”.

É evidente que as declarações do Deputado causaram espécie, e que somente não alcançou as dimensões procuradas por ele, porque hoje em dia não se acredita mais nessas fantasias próprias de assustadores amadores, daqueles que se escondem atrás das portas para pregar susto em criancinhas desavisadas.

O mundo mudou, a realidade é outra e ficou perdido no tempo esse tipo de rotulação que levava as pessoas mal informadas a imaginarem que comunistas viviam “almoçando e jantando criancinhas”, eram vermelhos como queriam alguns e viviam agitando a comunidade com pregações de medo e terror.

Pedimos ao Deputado Ervin Bonkoski que reanalise seus critérios, que reveja suas posições, para evitar que nomes que muito pretendem dar à cultura de nossa gente, sejam maculados com declarações que não correspondem com a verdade, e que só tem de promoção pessoal e de pecuinhas que não vão levar a lugar nenhum, e somente criar fissura no meio de um partido, escolhido pelo povo, para trabalhar para o povo.

“Fundação Cultural de Curitiba.

Curitiba, 31 de maio de 1983.

Nós funcionários da Fundação Cultural de Curitiba vimos por meio deste abaixo-assinado, trazer nossa solidariedade aos diretores desta entidade, que vem procurando desenvolver uma nova política cultural, democrática e séria.

Contribuímos decisivamente para essa transformação e não aceitamos provocação, venha de onde vier, que tenha

como propósito a destabilização da democracia dentro da Fundação Cultural de Curitiba.

No novo governo democrático não existe mais espaço para tal provocação, que ora vêm sendo alvo os diretores de nossa entidade, pois não ajuda a construir e sim tem como objetivo desviar-nos à atenção daquilo que é o principal, o trabalho”. (Seguem-se 134 assinaturas).

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Registramos, nesta tarde, através de leitura, o manifesto do PMDB de Londrina. (Lê):

“MANIFESTO DO PMDB DE LONDRINA AO PMDB DO PARANÁ: VAMOS TODOS À CONVENÇÃO DO DIA 3 COM UMA PLATAFORMA UNITÁRIA DE LUTA.

Do ponto de vista da vida partidária, o próximo dia 3 de julho é a data mais importante do ano de 1.983. Nesse dia estarão sendo eleitos democraticamente os novos dirigentes municipais do PMDB, bem como os novos Delegados à Convenção Regional de 20 de novembro. Em cerca de 300 municípios paranaenses os peemedebistas se concentrarão para escolher em torno de 18 mil dirigentes e delegados partidários.

A condução correta deste processo reveste-se de fundamental importância. Do novo quadro dirigente municipal dependerá a realização da convenção estadual. E desta juntamente com as dos demais Estados brasileiros, dependerá o sucesso da Convenção Nacional do dia 4 de dezembro próximo. Trata-se de lançar à luta todos os nossos esforços, pois do fortalecimento e renovação do PMDB depende em parte a construção da Democracia e de uma sociedade mais justa no Brasil.

E em termos imediatos, do fortalecimento e renovação do PMDB nos Municípios e no Estado do Paraná, depende o sucesso das administrações dos nossos companheiros Prefeitos e de nosso companheiro Governador José Richa. O partido, o nosso partido, PMDB, é a razão básica das vitórias de novembro de 82 e é a mola-mestra impulsionadora dos novos rumos que aos poucos vão sendo imprimidos à vida pública paranaense.

Reafirmamos nesta oportunidade nosso compromisso com o programa partidário e com a bandeira de mudança que no período eleitoral desfraldamos. Assumimos os erros e acertos cometidos na caminhada, com a consciência tranqüila de que as injustiças serão reparadas e de que no cômputo geral os acertos superam as falhas.

Registramos nossa preocupação com os resultados das Convenções Municipais no Paraná no próximo dia 3, e dirigimo-nos às lideranças políticas do Estado e ao nosso comando partidário regional para propor uma PLATAFORMA UNITÁRIA DE LUTA a ser discutida e apreciada pelos companheiros de todos os municípios paranaenses:

1. Avançar na luta pela eleição direta para Presidente da República, em 1984; através da criação de Comitês Interpartidários municipais e estadual que tomarão as providências para concretizar e dinamizar esta bandeira;

2. Apoio maciço ao Primeiro Governo Democrático do Paraná, eleito pela vontade soberana do povo após 19 anos de autoritarismo; discussão fraterna e partidária dos seus erros e acertos; defesa intransigente das medidas saneadoras e das conquistas sociais e econômicas por ele implantadas e repúdio às tentativas de boicote e desestabilização que a ele

vêm sendo dirigidas pelas forças reacionárias e fisiológicas que foram desalojadas do poder em 15 de março passado;

3. Desmantelamento total da máquina de corrupção e coação legada do antigo governo, com punição de todos os corruptos, servidores fantasmas ou que exorbitaram das suas funções de trabalho, coagindo o funcionalismo no período eleitoral de 1982, e demissão maciça de todos os servidores que tenham assumido funções por compadrismo ou eleitoralismo em 1982;

4. Democratização da vida pública paranaense com o imediato anúncio de concursos públicos para admissão de novos servidores pelo Governo do Estado e dos municípios e readmissão de todos os servidores demitidos injustamente por perseguição política nos governos anteriores; apoio às medidas democratizantes que, a exemplo das eleições para diretores de escolas do próximo dia 17 de junho, esmaguem os resquícios do autoritarismo incrustado na máquina administrativa do Paraná;

5. Adoção de um PROGRAMA DE EMERGÊNCIA PARA O PARANÁ, que contemple como prioridades:

5.1 — a abertura de frentes de trabalho para solução imediata do problema de desemprego, com a participação dos governos municipais, estadual e federal;

5.2 — a implantação de uma política habitacional que atenda os interesses populares;

5.3 — a implantação de uma política agrícola voltada ao mercado interno, em especial para a produção de alimentos;

5.4 — o fortalecimento e fomento à pequena e média empresa comercial e industrial;

6. Engajamento das bases partidárias municipais na luta municipalista, através do fortalecimento das Associações dos Municípios e revigoração da luta pela Reforma Tributária que devolve aos municípios sua autonomia financeira;

7. Estruturação e fortalecimento dos vários setores do PMDB (trabalhista, jovem, feminino, de estudos e divulgação) que, a exemplo do Setor Jovem, venham a se constituir em força política organizada de âmbito estadual;

8. Urgentes providências no sentido do Partido contar com os meios de comunicação com os militantes e com a sociedade paranaense — já é hora da criação do JORNAL DO PMDB, que transmita as diretrizes partidárias conjunturais e comunique as realizações dos governos democráticos do PMDB no Estado;

9. Criação do Instituto Pedrosa Horta no Estado, fornecendo-lhes condições para estudar e discutir os temas de interesse dos militantes partidários e aprofundar o debate sobre as grandes questões nacionais;

10. Apoio à luta pela liberdade de organização sindical e partidária, pela revogação das leis de exceção e pela convocação da Assembléia Nacional Constituinte.

Londrina, maio de 1983.

DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PMDB DE LONDRINA”.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Werner Wanderer.

O SR. WERNER WANDERER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nesta Casa tem se falado muito, ultimamente, sobre corrupção. Falou-se que os ex-Prefeitos do PDS eram corruptos, inclusive se criou uma CPI da corrupção nesta Assembléia.

E este Deputado que representa diversos municípios do Oeste do Paraná, vem trazer, através da tribuna desta Assembléia, uma denúncia que foi apresentada na semana

passada, no Município de Formosa do Oeste, contra o Prefeito, Ney Camargo Machado.

E há de se ver um detalhe, aquele prefeito está processando o ex-Prefeito, Antônio Frigulha, por corrupção, e mandou fazer um levantamento na prefeitura e achou algumas coisinhas que ele entende que é corrupção, só que ele entendeu que um dos primeiros atos dele — ele começou entrando no mesmo caminho — e vou dizer, o Sr. Basílio Gonçalves dos Santos apresentou à Câmara de Formosa do Oeste, documento onde prova que o Prefeito de Formosa do Oeste recebeu — está aqui a nota do empenho — a importância de Cr\$ 89.690,00. De que forma?

Antes de ele assumir, veio aqui em Curitiba num Congresso de Prefeitos com alguns funcionários, não era Prefeito ainda empossado, e o que aconteceu?

Depois, no cargo de Prefeito, ele recebeu aquele dinheiro, inclusive dizendo que era para alguns funcionários da Prefeitura.

Ora, se era dos funcionários, por que o Prefeito anterior não pagou para esses funcionários?

Segundo, ele, como Prefeito Municipal mas ainda não empossado, não poderia receber esse dinheiro.

Vou ler, rapidamente, aquilo que o Sr. Pedro Basílio Gonçalves dos Santos apresentou à Câmara de Formosa do Oeste, e nesse documento esse cidadão pede que a Câmara entre com “empeachment”. E o Presidente da Câmara de Formosa do Oeste, achou por bem mandar para a justiça, já que não era configurado diretamente com a Câmara, o caso do “empeachment”.

Aqui vão os fatos. (Lê):

“O Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal de Formosa do Oeste, Ney Camargo Machado, na conformidade da Nota de Empenho número 237 (documento incluso), referente ao exercício de 1.983, creditou-se e recebeu a quantia de oitenta e nove mil e seiscentos e noventa cruzeiros, pertinente a despesas de viagens, hospedagens e alimentação, feitas QUANDO APENAS CANDIDATO ELEITO MAS NÃO EMPOSSADO, levando esse valor à rubrica de gastos na ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR.

Essa importância foi retirada da Unidade Orçamentária codificada sob o número 3.1.3.2.-011-14, e a qual dispunha de um saldo de um milhão, quatrocentos e dois mil quatrocentos e trinta e nove cruzeiros, consoante se pode verificar através do documento epígrafado.

Especificando os gastos declarou o Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal de Formosa do Oeste que assim procedeu com o fito de atender às despesas dos Assessores Guido J. Kloechner e Umberto Munaro, quando da realização em Curitiba, de um Seminário de Novos Prefeitos sob o patrocínio da FAMEPAR, entre os dias 17 a 22.01.83.

“Data vênua”, é de se indagar: se o dispêndio decorreu da atuação de funcionários do município, por que recebeu por eles o Prefeito da cidade e não autorizou os gastos o anterior Chefe do Poder Executivo? ...

INFRAÇÃO

Não era lícito ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal determinar o pagamento e ao mesmo tempo receber valores em dinheiro correspondentes a despesas feitas quando ainda não se encontrava no exercício legítimo da administração pública.

O ato, além de usurpar funções privativas do seu antecessor, comprometeu a dignidade da administração, pois até então falecia competência ao candidato eleito MAS NÃO EMPOSSADO, para efetuar despesas.

Segundo o artigo 69, § 1.º da Lei Orgânica dos Municípios, o Prefeito, após a solenidade de posse, assume o cargo e a partir de então é que pode, conforme o inciso

V, do mesmo preceito:

- “ordenar ou autorizar as despesas, na conformidade do orçamento e dos créditos abertos legalmente”.

Não existe nada que autorize a ninguém gastar por conta dos cofres públicos, ANTES de assumir o seu cargo.

O evento tipifica delito, pois a administração passa a ser o sujeito passivo de um ato doloso conscientemente praticado.

No momento em que recebeu a importância pleiteada, consumou a autoridade o delito.

A atitude, censurável sob todos os títulos, está a reclamar providência imediata, pois além de se constituir em delito comum, sugere até a intervenção do Estado, conforme previne o artigo 15, § 3º, letra “e” da Carta Magna e inciso V do artigo 118 da Constituição do Paraná, podendo processar-se o pedido através de simples PROVOCAÇÃO.

“de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal...”

Quando não se preferisse trilhar por esse caminho, restaria invocar-se pronunciamento do eminente Desembargador Acácio Rebouças, do Tribunal de Justiça de São Paulo, no sentido de que:

“ainda há administradores que não enxergam as linhas divisórias entre as suas fazendas privadas e a fazenda pública e desta se servem desempenadamente, como se estivessem dispondo dos próprios bens”.

(in R.T. 442/361).

REQUERIMENTO

Denunciando o fato REQUER o suplicante que bem haja essa Colenda Câmara Municipal de adotar as medidas que, a bem da dignidade pública, entender prudentes, não compactuando e nem admitindo que se instale o regime da corrupção.

E. Deferimento.

Formosa do Oeste, 30 de maio de 1983”.

A presente representação sugere à Câmara Municipal:

1. Solicitar intervenção no Município face o ato de corrupção praticado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal;

2. Adoção de medidas que entender prudentes e as quais poderiam ser de caráter político-administrativo.

Fundamenta-se a pretensão na circunstância de haver o Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal recebido, na qualidade de Chefe do Poder Executivo, por despesas efetuadas quando ainda não se encontrava no exercício de suas funções.

A denúncia é grave e vem acompanhada de documento digno de fé.

Não cabem, porém, as medidas sugeridas porque um pedido de intervenção no município, teria repercussão desfavorável à comunidade e deveria, ademais, ser procedido de todo um séquito processual passível da aprovação prévia da Assembléia Legislativa, conforme o contido no § 1º do art. 118 da Constituição do Estado do Paraná.

Não há, por outro lado, infração político-administrativa porque o fato foi praticado ANTES da posse, embora se consumasse após esta.

O que ocorreu foi, na realidade, desvio de rendas públicas em benefício pessoal do Sr. Prefeito Municipal, evento sujeito no julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores, segundo a regra do art. 1º, do Decreto-Lei nº 201/67, que, ainda, define em seu § 1º, que os crimes nele capitulados “SÃO DE AÇÃO PÚBLICA” sendo parte legítima, agora sim — o órgão municipal para solicitar ao agente de órgão do Ministério Público a instauração da

competente ação penal, cabendo ao Meritíssimo Dr. Juiz de Direito da Comarca pronunciar-se, obrigatória e motivadamente sobre a prisão preventiva do infrator ou sobre o seu afastamento do cargo.

Nessas condições oficie-se ao Excelentíssimo Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca encaminhando-se à Sua Excelência a representação formulada e extraíndo-se cópia da mesma para a formação de autos suplementares com o seu encaminhamento paralelo ao Excelentíssimo Sr. Procurador Geral da Justiça.

Formosa do Oeste, 21 de maio de 1983”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Edgar Pimentel.

O SR. EDGAR PIMENTEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A família representa o alicerce fundamental da sociedade. Sobre ela formaram-se os povos, constituíram-se as nações, edificaram-se as civilizações e plasmou-se a estrutura institucional dos Estados. Ela é a síntese do mais primitivo agrupamento humano. Impossível conceber-se uma forma esdrúxula de sociedade sem a existência da família, tal como ela está hoje organizada em nosso Direito. Seria a ficção absurda de um Estado tutor exclusivo dos filhos e os pais reduzidos a meros instrumentos de reprodução animal já que estariam suprimidos os admiráveis sentimentos de amor que consolidam os elos familiares.

Mas, felizmente, erguemos o edifício jurídico brasileiro sobre as extraordinárias legislações do Direito Romano e assentamos a vigência e execução de nossas leis na inspiração dos acrisolados preceitos do Cristianismo.

Na famosa Declaração dos Direitos Humanos estão consubstanciados os princípios básicos que defendem a todo cidadão o direito à vida, à saúde, à alimentação e, também, à habitação. No Brasil ea crescentedensidade demográfica gerou sérios problemas no tocante à moradia, obrigando o poder público a instituir um sistema social que ofereça ao trabalhador e sua família uma propriedade ideal e compatível com a dignidade humana.

Depois de cumprir assinalados serviços a instituição implantada sob os melhores auspícios passou a sofrer o impacto da crise econômica que atinge a maioria das nações, inflacionando seus custos e onerando pesadamente o adquirente da casa própria. Esta terrível espiral, a comandar os mecanismos do BNH, veio culminar com o recente anúncio feito pelo Ministério do Interior de que os reajustados dos valores atingirão a cento e trinta por cento, índice assustador que está gerando justificável mal-estar entre os milhões de mutuários em todo o País. É possível, até, que o desfecho de tudo isso resulte em inevitável comoção social pela vasta amplitude da questão habitacional em nosso País. A sombria perspectiva de uma inadimplência coletiva, envolvendo milhões de brasileiros, penalizados com a dramática perda de seus imóveis e a destruição do sonhado lar, simultaneamente condenados a perder o crédito com seus nomes lançados nos famigerados SEPROCs, nos deixa completamente perplexos.

Achamos, contudo, Sr. Presidente, que ainda é possível evitar-se o pior. Estamos certos de que Sua Excelência, o Presidente João Baptista Figueiredo está profundamente preocupado com o problema da casa própria e com todas outras questões que envolvem a família brasileira. Jamais entra nas cogitações do Chefe da Nação a hipótese, sequer, que o trabalhador, após tantos anos de sacrifícios para conseguir sua casa própria, tenha de perder tudo irremediavelmente.

Por tais razões estamos propondo, através de requerimento apenso, que esta Assembléia Legislativa dirija apelo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Interior, no sentido de

que seja elaborado decreto-lei criando o INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO, com urgente tramitação através do Congresso Nacional.

Dispensável acrescentar que a nova instituição, interpretando os preceitos da Carta Magna no que concerne às obrigações do Estado no campo habitacional, terá de funcionar sem a interveniência de terceiros, os chamados "agentes financeiros", principais responsáveis pelo encarecimento dos custos operacionais já que a lucratividade é sua única e essencial meta.

Escoimado o sistema deste vício, acreditamos que o Brasil possa conquistar um estágio de tranquilidade social que é o objetivo máximo de todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não temos nada a penetrar em seara alheia, mas, ao vermos o Deputado Ervin Bonkoski, homem que teve mais de 100.000 votos, que ajudou a eleger o Governador José Richa sendo massacrado, sendo espezinhado pelos seus próprios companheiros, seria um dever para nós que fazemos parte desta Assembléia, porque, ao dizermos que, qualquer chefe manda funcionário seu assinar um abaixo-assinado, 200, 300, 500 ou 1.000 assinaturas, não correspondem os 104.000 votos que foram dados ao Deputado Ervin Bonkoski; não temos preocupação, mas o que temos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é apenas um dever de coerência ao vermos um Deputado nosso companheiro dizer que, comunista não come criança! Mas está lá, está lá, Sr. Presidente e Srs. Deputados, imprensa do meu Paraná, a Polônia, a ver os comunistas a divergirem do direito democrático de participação do povo, no seu Governo; está lá, Sr. Presidente, a Rússia, a mandar gente para a Sibéria, porque diverge da sua orientação; está lá, Srs. Deputados, Fidel Castro, a tumultuar a América Central! Comunista não come criança, mas trucidou os grandes que têm opinião formada.

Um homem, como Ervin Bonkoski, não poderia ser alijado, não poderia ser espezinhado pela sua própria bancada. Não tenho procuração do ilustre Deputado Ervin Bonkoski, mas tenho o direito de vir a esta tribuna, de dizer ao Paraná que estão completamente divorciados do povo, os homens que divergem do homem que teve 104.000 votos, para Deputado Estadual; do homem que ajudou, Sr. Presidente, a eleger este Governo que aí está! Sr. Presidente, é uma anomalia, pelo menos deveriam os que atacam Ervin Bonkoski ter o respeito pelo companheiro de bandada; deveriam ter o respeito e, seguindo o adágio popular que "roupa suja se lava em casa", porque está começando a dar com "os burros n'água", o Governo José Richa. Vejam e pasmem, Srs. Deputados, quando atacam um homem dos mais votados do partido, de hoje, Situação. Qual seria, Srs. Deputados, a situação de um homem como Ervin Bonkoski, que carrou mais de 100.000 votos para eleger o Governador José Richa, que, até hoje, está estatizado, que até hoje nada fez pelo bem-estar do Paraná e de sua gente.

Leve, Deputado Ervin Bonkoski, o nosso apreço e a nossa admiração, porque se "comunista não come criança, no Brasil", come os grandes, na Polônia, no Afeganistão e na própria Rússia. E é isto que nós não queremos no nosso Brasil, sob a égide de Cristo Jesus, não queremos comunistas que comem crianças, queremos o respeito para um Deputado como Ervin Bonkoski, por ter a sua opinião própria, para que não seja alijado do seu partido, porque "errar é humano e perdoar é divino", Deputado Ervin Bonkoski. Venha a nós, que nós o receberemos de braços abertos, porque queremos democratas como Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica a Vossa Excelência que o seu tempo está esgotado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa anuncia com satisfação a presença, em plenário, do Sr. Vereador e Segundo Secretário da Câmara Municipal de Ponta Grossa, Sr. Nelson Luís Salles Rosa. Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, no Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Queremos inicialmente agradecer ao nobre líder do PMDB, Deputado Nilso Sguarezi, pelo envio que nos fez do trabalho denominado "Mão-de-obra volante na agricultura do Paraná". Proposições de intervenção sobre o problema, realizado em 1979, pela comissão de estudos sobre a mão-de-obra volante no Paraná, instituída pelo então Secretário de Estado, Reinhold Stephanes.

Agradecer também pela cópia do ofício elaborado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura contendo proposições da entidade à Comissão sobre o trabalhador volante e datado de abril último.

Da mesma forma agradecer cópia de dados coletados pelo Secretário da Comissão Pastoral da Terra sobre a temática do "bóia-fria".

Senhor Presidente, nobres Srs. Deputados, após termos registrado como intérprete perante esta Casa, as apreensões e os protestos dos ruralistas do oeste do Paraná sobre como se conduziram os debates sobre a problemática do "bóia-fria", em Cascavel. Não pretendíamos voltar ao assunto, mas recebemos ataque em nota oficial, de três Secretários de Estado e fomos obrigados a voltar. Recebemos depois ataque do nobre Líder do Governo e fomos obrigados a voltar. Agora, em recente pronunciamento volta o nobre Líder do PMDB a lançar um chamamento e em nome da decência, para que venhamos nos PENITENCIAR, penitenciar por equívoco que teríamos cometido de má-fé nas críticas que registramos.

Então, somos novamente obrigados a voltar ao assunto. Existe um certo número de marteladas para cravar um prego. Cada martelada a mais, achata a madeira e neste caso, estão sobrando marteladas sobre o tema. Quero pedir desculpas por voltar ao assunto, já que pode estar se tornando até chato para os nobres Pares nesta Casa, mas "noblesse oblige", entretanto visto o chamamento que recebemos e em nome da decência para que venhamos nos penitenciar. Resumindo o candente pronunciamento do nobre Líder Nilso Sguarezi e passando também sobre os insultos aos quais abrimos mão de responder e nesta oportunidade, quero apenas fazer um reparo ao nobre Líder. Tenho muito respeito pela figura do Governador do Estado, seja ele quem estiver no cargo. Jamais iria faltar com o respeito nesta Casa ao Excelentíssimo Senhor Governador José Richa. Jamais usei e não acho nada de mais que os outros usem o nome de José Calil Richa. Vossa Excelência deve estar laborando um erro. Vossa Excelência consulte as notas taquigráficas e vai ver que nunca me referi de forma desrespeitosa ao Governador do Estado, porque ele é o Governador de todos os paranaenses. Não é o meu Governador, porque não votei nele, trabalhei contra ele, mas é o Governador de um milhão e oitocentos mil votos. Temos obrigação e dever, se quisermos elevar bem alto o nome desta Casa e a nossa representação, de respeitar a figura do Governador. Jamais chamaríamos o Governador do Estado de mafioso como membros do partido de Vossa Excelência, chamaram Ney Braga nesta Casa. Quero abrir mão dos insultos que recebi naquele pronunciamento para fazer a seguinte afirmação: a proposta expropriatória de terras contra a qual protestaram — fui eu que protestei — contra a qual protestaram os sindicatos rurais, do Oeste do Paraná, teria sido de autoria do ex-Secretário da Agricultura Reinhold Stephanes. Posteriormente, transformado em sugestão pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura

do Estado do Paraná.

Disse ainda o Excelentíssimo Senhor Deputado Nilso Sguarezi: "ter comprovação documental" e agradecemos ainda mais uma vez a Sua Excelência o envio de cópias. Lemos atentamente aqueles trabalhos e acabamos entendendo mais sobre o problema do trabalhador volante rural. Agora, por maior que fosse o esforço, não conseguimos sincera e honestamente, chegar ao mesmo ponto de vista do Sr. Deputado Líder do PMDB. Em primeiro lugar, o texto que o nobre Deputado Nilso Sguarezi alega ser do "Camarada Stephanes", "camarada", a expressão não é minha, é do Líder do PMDB, não o é. Não o é. Compõe relatório da Comissão por ele instituída, subscrito por representante da Secretaria da Agricultura, da EMATER, da FAEP, da FETAEP, da OCEPAR e do IPARDS. Portanto, uma Comissão tão representativa quanto esta que agora foi constituída pelo atual Governo.

Num parêntese: "parece assim, qua tanto quanto agora no governo anterior, o problema do trabalhador volante era uma preocupação grave". E este Governo — o Governo do Sr. José Richa —, recebeu já pronto um trabalho de fôlego que todos os Srs. Deputados merecem conhecer e pelo qual eu parabeno aquela Comissão de 1979.

Temos certeza que várias das suas proposições foram imediatamente implementadas pela administração. Mas, cessou esse processo, porque agora em nome da "democracia participativa", transparente, entendeu-se debater tudo de novo. Brecaram-se as providências e semearam um bocadinho de apreensão no meio rural. Mas vamos examinar o texto em questão, que espertamente, o nobre Deputado Nilso Sguarezi atribuiu ao "Camarada Reinhold Stephanes". Diz assim, subtítulo:

"Ações visando a estrutura fundiária", a Comissão se expressa, abriria aspas; "As ações a seguir têm como objetivo interferir na estrutura fundiária — dentro dos limites institucionais vigentes" — Dentro dos limites institucionais vigentes. Dentro dos limites institucionais vigentes com vistas a introduzir algumas correções — na atual distribuição de terras — " fecharia aspas.

Pedimos bem aos nobres Deputados que atentem para as expressões: "dentro dos limites institucionais vigentes" e "distribuição de terras". As ações naquele relatório, portanto, pretendiam traçar novas políticas para distribuição de terra que viesse a ser feita pelo poder público e dentro do respeito aos limites institucionais, isto é, de um regime que vivemos e que consagra a propriedade privada e a livre iniciativa.

E o relatório diz sobre o item 4.15. "Realizar estudos que definam um módulo máximo por produtor, de acordo com condições agrológicas. e tendo em vista um nível tecnológico determinado. Reivindicar junto ao Ministério da Agricultura a adoção de conceito de módulo máximo por produtor, como limite a aquisição de terra em todo o território nacional. Somente os produtores rurais que se organizarem em empresas teriam acesso a maiores áreas até o limite determinado".

Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, o conceito de módulo máximo é de amplo conhecimento e vem de há muito sendo debatido neste País. O texto está claro em sugerir a sua intenção, que é disciplinar — qual a área de terras máxima para plena e saudável utilização dentro de condições agrológicas isto é, condições de aproveitamento agrícola de conformidade com o meio ambiente e com o nível tecnológico utilizado. Isto no caso de terras a serem distribuídas pelo Estado.

Sugere-se depois, o envio de proposição ao Ministério da Agricultura para que este conceito de módulo máximo seja adotado em todo o território nacional.

Vamos ver agora, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, como o assunto é abordado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura "Que o Ministério da Agricultura elabore mensagem a ser enviada à Presidência da República e Congresso Nacional, limitando a área máxima por produtor, de acordo

com a capacidade de exploração familiar.

Somente as empresas organizadas que são pessoas jurídicas teriam acesso a maiores áreas mas com limitação de incentivos e créditos, não permitindo, em hipótese alguma, o acesso a grupos estrangeiros".

Por aí se vê, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, que foram introduzidos conceitos inteiramente novos nessa ótica da representação dos trabalhadores no campo. Isto é natural. Para o trabalhador, quanto mais conseguir, melhor. Pedir não custa, porém ao Governo é que cabe examinar as reivindicações dentro do que prescreve a lei.

Para quem leu o documento inteiro é fácil resumir as intenções. Trocou-se, e aí é que está o negócio, trocou-se o condicionamento técnico para a definição de módulo máximo, para a capacidade de exploração familiar, desprezando-se o sentido de maximização da resultados econômicos, para maximização de resultados sociais, isto é, menos terra para mais gente, ao invés como queria a Comissão, dê terra a partir de cuja dimensão não existiria a justificativa econômica de acordo com os critérios agrológicos e de tecnologia.

Outro conceito que aparece é a limitação de incentivos a créditos a empresas rurais e a vedação do acesso à terra a grupos estrangeiros. Na verdade, o que ambas as proposições têm em comum é solicitar ao Ministério da Agricultura que proponha a elaboração de uma lei para tramitação legal, estabelecendo o chamado módulo máximo, visto que o Estatuto da Terra já prevê um módulo mínimo.

Como aparece o assunto apresentado no temário pela Comissão atual, que debate o problema, apresentando açodamente as classes interessadas no Oeste do Paraná, como aparece.

Vejam bem o que diz a atual Comissão "Limitar a área máxima por produtor, de acordo com a capacidade de exploração familiar. Somente pessoas jurídicas teriam acesso a maiores áreas, mas com limitação de incentivos e créditos, não permitidos, em hipótese alguma, o acesso a grupos estrangeiros" (fecha aspas).

Vejo que esqueceu o nobre Deputado, Líder do Governo nesta Casa, esqueceu a mesma coisa que a Comissão esqueceu: não se propõe lei; ignora-se Executivo e Congresso; não se abre preâmbulo, muito menos sonâmbulo. Que entidade dos trabalhadores reivindique um pedaço de terra para cada um desses trabalhadores — muito bem, eu já disse antes — e que seja entendido que essa limitação: a capacidade de exploração familiar se verifique para que mais possam ter terra, muito bem.

Agora que o Governo encampe a tese e amutile do seu condicionamento legal, jogando na "cara" dos agricultores, como fez aquela Comissão — isto não está correto. E merece como mereceu a reação dos sindicatos dos agricultores do Oeste do Paraná, que assim se manifestaram: (é cansativo, mas vou repetir novamente) "causa preocupação e estranheza, contudo, algumas colocações constantes da proposta, onde se entrevê a clara intenção de instigar as diferentes classes ao confronto: nocivo a danoso a toda a sociedade. O segmento social, representado por estas entidades, manifesta seu repúdio — não é meu repúdio; é repúdio lá das entidades — a toda e qualquer manifestação radical, entendendo ser o diálogo e o desarmamento de espíritos o caminho mais racional e rápido para alcançar solução" (fecha aspas).

Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, esses sindicatos não são sindicatos de "latifundiários". Porque aqui se fala muito em latifundiário. São os sindicatos dos produtores humildes ou grandes até, mas que são os responsáveis pela pujança da agricultura do Paraná — trabalhadores todos eles. Vão ver, vão lá, vão ver se existem latifúndios improdutivos no Oeste do Paraná. Se houver, será exceção, porque confirma aquela região agrícola de melhor aproveitamento e produtividade do País.

Agora, o que é que causou toda a celeuma? É que realça no episódio que houve apreensão e repúdio por parte dos

produtores que deixaram as suas lavouras para atender um "convite" do Governo. Aparece também a sonegação clara de um excelente trabalho elaborado durante a gestão do Governo Ney Braga, que em 45 páginas, faz sugestões preciosas, que não foram levadas ao debate. É óbvio que o sentido daquele trabalho, ao conceito de modo lumático e o encampado pela representação dos trabalhadores são completamente diversos, diferentes.

Clara ficou a missão do Governo: a necessidade de proposição legal, de nível federal, para a reforma pretendida. É que na forma como foi posta pelos trabalhadores, realmente representa a abolição do regime de livre iniciativa, vigente no nosso atual sistema capitalista.

A história, Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, permitam divagar um pouquinho mais. A história toda nos faz lembrar de uma "aulinha de Português", sobre a importância da "vírgula": o General mandou um telegrama para o imperador perguntando se liberava ou matava o prisioneiro. Isto também não é nova, mas é bom sempre lembrar: o imperador emitiu a seguinte ordem: libertar, (vírgula) não matar. O telegrafista emitiu assim: libertar não, (vírgula) matar".

Talvez o nobre Deputado Nilso Sguarezi, Líder do PMDB, queira alegar uma insuficiência de algum pequeno funcionário no esclarecimento do temário. Mas se debate houve, pergunto, e se a questão foi colocada em termos corretos, não estava lá, mas vamos admitir que tudo o que falou o nobre Líder e que os três Secretários falaram, fosse verdade? Se houve debate efetivamente naquela reunião. Se a questão foi colocada em termos corretos, de acordo com o trabalho aqui invocado pelo nobre Líder do PMDB, trabalho feito por aquela comissão de 1979.

Se os Srs. Secretários que lá compareceram tinham capacidade para explicar aos agricultores um ponto de vista diferente daquele escrito, pergunto por quê estes reagiram tão acirradamente como fizeram?

Não foi só em Cascavel, meu nobre Líder. O jornal "O Estado do Paraná", publicou, na edição de ontem, uma carta de Paulo Roberto Virmond, membro da Diretoria do Sindicato Rural de Francisco Beltrão e revelou como foi a reunião dos três Secretários, Friedrich, Bonfim e Germer, encarregados da reforma agrária naquela cidade. Uma versão que não coincide com o que disseram os três e com o que falou ... não vou repetir "ipsis literis" a nota do jornal porque acho que o nobre Deputado Nilso Sguarezi não vocifera, ele fala.

Vamos à carta, na íntegra, para conhecimento dos nossos leitores. Queremos informar-lhes que seguindo nas manifestações do "O Estado", a respeito das maquinções do Governo do Estado para bombardear a estrutura agrícola e fundiária do Paraná, viemos motivados pelo bem público e pelo futuro de nossa agropecuária, nos manifestar a respeito.

E aí eles vão. Seria até enfadonho, todos leram o jornal, não queria repetir, mas também é um repúdio dos ruralistas de Francisco Beltrão. Quer dizer, a história se repetiu. Os três Secretários andam numa cruzada de reforma agrária por este Estado todo, levando apreensão, intranquilidade, aos homens que construíram a grandeza deste Estado eminentemente agrícola.

Está aí. Estas reações não são minhas. Não sou mentiroso que falo nos três Secretários. Sou intérprete de parcela, segmento da população paranaense. Para isto sou pago, — e muito bem pago, diga-se de passagem. Exatamente para cumprir o meu papel. Papel que foi delegado ao passado, a Vossas Excelências, que eram Oposição. Quantas e quantas vezes, vi os homens do PMDB falarem os mesmos temas, encamparem as mesmas lutas. Hoje eles confiam no PDS, os ruralistas. Não confiam mais no PMDB. Servem-se dos Deputados do PDS para trazerem, a esta Casa, as suas apreensões, as suas dúvidas.

Se eles reagem desta forma, é porque alguma coisa está errada. Onde há fumaça, há fogo.

Pelo que o assunto encerra, não temos do que nos penitenciar. Nem em nome da honra, nem em nome da decência. Vossa Excelência não venha falar em decência nesta Casa, a este Deputado. Não tenho do que me penitenciar. Entretanto, me comprometo a não usar mais o termo "comunistóide", para a proposição, porque não quero atingir de tabela os trabalhadores rurais, que têm direito de reivindicar, inclusive absurdos. Agora, no que se refere ao Governo de Vossas Excelências, nobre Líder, deixo a atribuição ao nobre Deputado Ervin Bonkoski, onde sendo do mesmo partido, fala com maior autoridade.

Agora, outro pedido de Vossa Excelência, vou atender. Vou fazer penitência, vou rezar três "Pai-Nossos" e três "Ave-Marias" em intenção deste povo do Paraná; que vai precisar de muita reza, porque Governo, efetivamente não há.

Obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)
O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PDS se fará uso do seu horário.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Por oito minutos, fará uso do horário, o Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Só nos resta uma alternativa: denunciar para que não diga amanhã, o Governo que não sabia. Governo, da "Democracia participativa", "austeridade administrativa", "Estado de Emergência". O Prefeito que vem a Curitiba e comenta que quando volta, volta mais pobre do que veio, e muitas despesas. Mas é preciso que se diga para que o Governo tome conhecimento. Já ouvi comentário de que o PMDB é um todo. Quando um fala, é acatado por unanimidade. E é preciso que todos saibam das perscruições que estão ocorrendo, e falo isto, contra a minha vontade porque jamais vim a esta tribuna, para criticar e denunciar qualquer Prefeito. Mas não posso deixar passar calado, vendo o que acontece no Município de Barbosa Ferraz. O Presidente da Câmara Municipal, Vereador Arquimedes Gasparoto, visita constantemente o posto de saúde daquela localidade, intranquilizando funcionários e dizendo que todos serão demitidos. Funcionários que fizeram estágios, para serem contratados pelo município; não é cargo de confiança. E agora, também ameaçado e creio que este será dispensado, é o médico do posto de saúde. Médico que exerceu aquela função, um ano e oito meses, gratuitamente. Depois deste prazo, foi contratado para atender o posto de saúde, dois anos de exercício. Agora, procuram importar do Rio Grande do Sul, um outro médico para substituir aquele médico que exerceu gratuitamente, um ano e oito meses, que reside na cidade, há dez anos, mas porque o médico não é do mesmo partido, é e ameaçado de ser dispensado.

Está o Presidente do Partido, Sr. João de Almeida, com apoio do Presidente da Câmara, Arquimedes Gasparoto, que com o beneplácito do Prefeito, está pedindo a substituição do médico, e a indicação de outro, para o cargo.

Troca de Inspetor de Ensino. Isto nós respeitamos, é cargo de confiança, embora a gente sinta em alguns lugares, inspetores com mais de dezoito anos de serviço, sendo substituídos por inspetores, inexperientes; mas é preciso que se reconheça que é cargo de confiança e nenhuma objeção nós temos a fazer. Agora, o que temos a dizer, é que ouvimos várias vezes da tribuna desta Casa, a Oposição dizer: que acabou os comandos políticos. Quer dizer, os inspetores, os diretores, seriam eleitos, em eleição escolhidos entre os professores, pais de alunos e alunos. Traz hoje, o "Diário Oficial", na primeira página, a substituição de três inspetores; nenhuma eleição. É o mesmo comando político. Como eu disse, comando político colorido; mas é o mesmo comando político que continua embora nós não tenhamos nada a opor; só reclamamos, porque fomos criticados muitas vezes pelo comando político, sempre dizia que nunca tive comando político, o que tinha era representação política do município, porque nomeava de

acordo com a representação daquele município.

A austeridade, a Coletoria Estadual de Barbosa Ferraz, que tinha um menor como auxiliar, ganhando da Prefeitura vinte e cinco mil cruzeiros, também foi substituído esse menor que não é nem eleitor, foi substituído por um outro cabo eleitoral, onerando a Prefeitura, agora com cinquenta mil cruzeiros por mês.

Mas nós vimos também um decreto de estado de emergência da dificuldade por que passa o Município de Barbosa Ferraz, mas ao mesmo tempo, o Prefeito contrata um "show", em praça pública, para o "Dia do Freguês", comemorando com festa às expensas da Prefeitura. Em compensação, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que está com a construção, para ser coberta, a construção de hospital e a sede do sindicato estão paralisados.

Tentamos uma promoção para que se pudesse arrumar recursos, já que de verba daqui não esperamos nada, também foi impedido que o Sindicato fizesse aquela promoção, para angariar recursos, para concluir a construção do seu hospital.

Mas o que nós lamentamos mais, creio que desta, nem o Governo do Estado sabe, nem a Secretaria de Educação; três professores que comparecem ao estabelecimento de ensino, Colégio Machado de Assis, para assinarem o seu ponto e voltam para prestar serviço à Prefeitura Municipal, foi feito pedido para que fosse colocado à disposição da Prefeitura e eu pude conferir hoje ainda, fazendo uma ligação para o setor competente e fui informado que, em abril, foi encaminhado esse processo para o Governador do Estado e até agora não foi despachado, mas os três professores já estão prestando serviço na Prefeitura por incrível que pareça, um ainda foi designado para responder pelo Cartório de Registro de Imóveis daquela cidade, mas continua recebendo pelos cofres públicos do Estado do Paraná.

São eles, o professor Waldomiro Domingos Mellim, Pedro da Costa Guimarães e Wanderlei Mazuti Buim, este último está respondendo pelo Cartório.

Esperamos que, aquilo que o Governo não tenha conhecimento, não permita perseguições que recomende a esse Prefeito, que procure fazer a substituição só nos cargos de confiança, mas o funcionário burocrático, o auxiliar, a servente, a atendente sanitária do posto de saúde, estes pobres coitados, que lhes seja dada oportunidade de desempenhar a sua função para a qual foram contratados, depois de um estágio feito no distrito sanitário, e esse município que está recebendo esta ameaça, é considerado o segundo município do Distrito de Campo Mourão, no atendimento a número de doentes que lá procuram.

Em primeiro lugar, está o Município de Goioerê, evidente excluindo a sede, depois de Goioerê o segundo município, a dar um melhor atendimento a um maior número de pacientes que procuram aquele ponto de saúde é Barbosa Ferraz.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe resta.

Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No desempenho da honrosa missão de liderar a Bancada do Partido Democrático Social nesta Casa, tarefa que nos foi entregue, por delegação dos nobres companheiros de agremiação, temos feito constante pregação, no sentido de desenvolver uma oposição de caráter político ao atual Governo Estadual, visando com tal posicionamento contribuir com postura vigilante, para que o Paraná siga um sua rota de desenvolvimento, com justiça e paz social, para o bem-estar da nossa gente.

Outro não tem sido o desempenho que buscamos e outro

não tem sido o sentido de nossa luta.

Assim entendemos deva ser a colocação da política nos quadros legislativos e é por isso mesmo que a nossa voz não poderia se calar agora, neste momento de suma gravidade, com o Paraná vivendo quadros dos mais dramáticos de sua história. Grande parte de nosso território está alagado; as plantações perdidas; o homem sendo castigado em todos os sentidos pela força da natureza.

Ainda ontem, pela televisão, o Governador José Richa narrava a dramaticidade desta hora e refletia a preocupação que é de todos nós pela aguda situação enfrentada.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, é nesta ocasião que os homens do Partido Democrático Social, publicamente, querem dizer ao Governador do Estado que estão unidos para o grande esforço que nos é comum, para a reconstrução de nosso Estado.

Queremos dizer ao Governo de José Richa, aos homens do PMDB, ao povo de nossa terra, que cerramos fileiras junto aos que desde agora se empenham para obter recursos materiais e financeiros para superar tão angustiante situação. Nós nos consideramos soldados desta grande batalha. Aguardamos a convocação ao Governador do Estado para que juntos e irmanados possamos ir a Brasília, percorrer todos os Ministérios possíveis, para obtenção de tudo quanto for necessário para superar os obstáculos agora dramaticamente conhecidos.

Sr. Fuad Nacli — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento)

Deputado Luiz Alberto, quero confessar a Vossa Excelência que nós, ontem, ouvimos e estranhamos o pronunciamento do Governador José Richa, quando ele dizia que havia impedimento de homens do PDS, inclusive citando o nome do nosso ex-candidato ao Governo do Estado, Saul Raiz, da interferência do atual presidente do nosso partido, Ney Braga. É de estranhar, porque, conheço muito bem José Richa.

Ele estava em Chapecó junto conosco e também, com o Ministro da Agricultura e o Ministro do Interior, Mário Andreazza, também com o Governador de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e representando esta Casa, o ilustre Deputado Tadeu Lúcio Machado, pelo PMDB. Nós que recebíamos o convite da Casa Civil para que fôssemos a Chapecó, queremos confessar que não poderíamos ir, porque tratava-se de uma viagem cansativa, viajar a noite toda e logo às 8:00 horas da manhã conversar a respeito, infelizmente, disso que nós estamos vendo não só no Paraná, mas em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. Eu não fiz nada menos do que consultar os meus companheiros e com autorização da minha Liderança, de Vossa Excelência que está nesta tribuna, pedindo que o acompanhasse e junto aos Ministros reivindicasse os recursos necessários para o nosso Estado.

Mas, chegamos em Chapecó e lá encontramos o ilustre Deputado Federal José Carlos Martinez, e na hora em que chega o Ministro do Interior, chegava em companhia dele o Deputado Mazurek.

Queria pelo menos saber qual era a palavra do Ministro, o que podia trazer aos Prefeitos que lá estavam: de Bituruna e General Carneiro, que ao meu lado estavam e que eram do PDS; o Alcides, de União da Vitória e tantos outros Prefeitos do Paraná, e também o Prefeito de Guarapuava, todos querendo saber qual era a notícia que se trazia ao Paraná.

Nós procuramos ver se havia uma possibilidade antes da reunião, para que transmitíssemos aos nossos companheiros alguma notícia de concreto e positivo, também informações recebíamos do Deputado Mazurek, que o Ministro na viagem dizia que a situação não era do Paraná e nem de Santa Catarina, mas do Brasil, que o Governo Federal ia fazer todos os esforços necessários, pelo menos atender em parte os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

E para surpresa nossa, víamos o Ministro dizendo que naquele momento estava liberando a quantia de um bilhão de cruzeiros para os três Estados, e agora, hoje, segunda-feira, ele estaria junto com Os Ministros da Casa Civil e o Presidente da República, para ver

a forma e a maneira com que os meios e os recursos viessem, não só para o Paraná, mas para os três Estados.

Estranhamos a atitude do Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, ex-Deputado Estadual, ex-Deputado Federal e hoje atual Prefeito de Guarapuava, pela maneira com que ele se conduziu, falando em nome de todos os Prefeitos.

Sabe muito bem o Paraná e o PMDB que nós hoje, felizmente, temos duas Associações, uma formada pelo Prefeito de Guarapuava, que fez questão de fazer uma chapa fechada, só de peemedebistas, fazendo com que os Prefeitos do PDS fizessem também a sua Associação, e hoje para Brasília, dirigem-se Prefeitos pedessistas e o Presidente da Associação Geraldo Cartário, para reivindicar os recursos, que vierem para o Paraná.

Mas nós, ainda ontem, conversávamos com Geraldo Cartário e ele dizia que não importa da forma e da maneira que venham os recursos, seja pela CENTROSUL, seja pelo Governo José Richa, o necessário é que os recursos venham para o Paraná.

Quero dizer aqui, como Deputado Estadual do PDS, que nós fomos a Chapecó para ouvir e ascultar, porque não aceitamos discriminação, e ontem nós víamos o Governador dizendo que ele desconhecia o caso de funcionário que foram exonerados injustamente, pois não tinham processos administrativos ou algum problema.

Conheço mais de um caso de funcionário do Estado do Paraná que foi colocado na rua, sem que a Administração Pública desse satisfação, nem sequer a quem quer que seja, dispensando homens dignos que merecem o nosso respeito e portanto, nós queremos dizer aqui, se houver discriminação no dinheiro que vier para o Paraná, nós seremos os primeiros a falar, e falar contra o nosso Partido.

O que precisamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é unir neste momento tão difícil para o nosso Estado, os nossos esforços para trazer os recursos e as verbas necessárias. Quando se fala num empréstimo de cento e cinquenta milhões de dólares, todos os Srs. conhecem muito bem, mais do que eu, o problema. No passado não os deixaram provar o gostinho e hoje no afogadilho, querem o dinheiro. Não querem só os cento e cinquenta milhões, estão aí os nossos Prefeitos, tanto do PMDB como do PDS sem o óleo lubrificante, sem o óleo combustível, sem meios e recursos para pagar seus funcionários.

Saindo do meu aparte, gostaria que o Estado do Paraná, que o Governo Federal, pelo menos, dilatassem os prazos de pagamento àqueles que estão devendo, porque não estão, não podem produzir há mais de quarenta dias e não têm mais condições de trabalhar.

Era o aparte que tinha que dar a Vossa Excelência e agradeço de coração.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Agradeço o testemunho de

Vossa Excelência que, inclusive, a pedido desta liderança, deslocou-se a uma cidade do Oeste de Santa Catarina para pleitear, já naquela ocasião, os recursos tão necessários para a reconstrução de estradas e da própria economia do Paraná. Gostaria que este discurso, nesta tarde, fosse entendido no sentido de que o PDS aceita o apelo que o Governador José Richa formulou às Lideranças do partido pelo programa de televisão. A mão estendida do Governador José Richa, se ele vier sem ódio e sem discriminação, encontrará a o coração aberto dos Parlamentares do PDS que, sobre as divergências partidárias, se preocupam com o desenvolvimento e o bem-estar do nossa gente.

Já concederei os apartes aos Deputados Nilso Sguarezi, Erondy Silvério e Augusto Carneiro.

Rapidamente, para concluir o pronunciamento.

Assim repetimos, é nosso entendimento político com o bem comum acima de divergências partidárias e nossa postura não poderia ser outra. O PDS tem se caracterizado, ao longo da história, como partido de construção. Não poderia ser de outra maneira, pois se aqui estamos, graças ao voto do povo, a ele não faltaremos, pois o povo, nesta hora, não se identifica por siglas partidárias, mas

é uno; é uma extensão da nossa família; é nosso irmão carente e necessitado por amparo.

Ainda na semana que passou, tivemos a oportunidade — a Bancada do Partido Democrático Social — de enviar vários telegramas e telex ao Ministro do Interior, Mário Andreazza, solicitando as providências cabíveis para minorar o sofrimento de milhares de paranaenses.

Junto aos Ministros da área econômica solicitamos prorrogação dos prazos de vencimento, de obrigações financeiras decorrentes da atividade agrícola e pecuária, bem como a fixação de linhas de crédito para pequenos produtores situados em regiões que se caracterizam pelo minifúndio.

Pedimos também e igualmente a extensão do benefício da linha do comércio e indústria, pois todas as atividades, de modo geral, estão sendo prejudicadas pelas incessantes chuvas que se abatem sobre o Paraná.

Além de tais atitudes queremos agora, de modo pessoal e em nome dos ilustres componentes da Bancada do PDS, reafirmar a disposição de contribuir da forma que melhor for possível, para que o Governo do Estado, junto às altas autoridades da Nação, possa superar tão dramático momento, do qual o Paraná haverá de sair engrandecido como já ocorreu tantas vezes no passado.

Concedo o aparte ao Deputado Nilso Sguarezi.

O Sr. Nilso Sguarezi — Caro Deputado Luiz Alberto.

Vossa Excelência assume, na tribuna, a postura verdadeira de estadista: impessoal, quando Vossa Excelência representa a vossa agremiação partidária e pessoal, quando Vossa Excelência traduz que esse empenho é sincero e verdadeiro.

Quero dizer a Vossa Excelência que nós ficamos, não somente satisfeitos pela postura e pela posição da bancada, encarregada de fazer aqui oposição.

Mas, ficamos satisfeitos, porque achamos que este desafio que o Paraná tem pela frente, assim, como teve no passado, com outras calamidades, será vencido, a partir de que nós mesmos, homens dos vários partidos, das várias correntes políticas, conseguem vencer o grande obstáculo, que é a união em torno de um objetivo comum.

Acredito que, ao nos despojarmos de nossas posições político-partidárias, objetivando o interesse comum, o interesse do povo do Paraná, nós vencemos a primeira grande etapa desta dificuldade. E reconhecemos na legítima Oposição que Vossas Excelências possam fazer aqui. Evidente que há questões que transcendem do interesse político-partidário; essas são questões domésticas do Estado.

No presente momento há uma questão que é relativa ao Estado, como unidade da Federação, que administrado por homens de um partido, mas que necessita do aval dos homens do outro partido, que detém o comando da polícia nacional.

Então, eu fico satisfeito e me congratulo com Vossa Excelência, pela postura assumida hoje aqui. Também queremos nos colocar a nível de Governo do Estado, com a melhor das disposições, para ajudar o Governo Federal, no encaminhamento desta questão que extrapola o próprio Estado do Paraná, mas que afeta os Estados do Extremo-Sul.

Receba Vossa Excelência os nossos cumprimentos pela postura que assume nesta tarde e queremos nos colocar, representando o governo José Richa, o Governo do Estado do Paraná, em igualdade de condições, pela espontaneidade com que Vossa Excelência se dispõe, a partir deste momento, para enviair esforços no sentido de solucionar o grave problema que afetou o Paraná como um todo.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Agradeço o aparte do nobre Líder do Governo e digo a Vossa Excelência e a esta Casa: há pontos de atuação em comum, que devem ser buscados por todos os homens informados e bem intencionados.

Ainda o “Jornal do Brasil” de domingo, fez referência a uma frente supra-partidária, que se forma no Rio Grande do Sul, contra as famigeradas isenções de ICM que os Estados produtores estão a oferecer à Nação brasileira.

Diz aquele respeitado jornal, que as lideranças do PDT, do

PMDB, do PDS, estão unidas em torno do posicionamento do Governador Jair Soares, contra as isenções que procuram marcar e marcam, a economia dos Estados sulinos. As resoluções do CONFAZ, por exemplo, representam para aquele Estado e muito mais para o Estado do Paraná, uma penalização muito séria na nossa economia. Se o Paraná não tem a dívida que tem o Rio Grande do Sul, que é dar ordem de um trilhão e quinhentos bilhões de cruzeiros, as isenções do ICM para o Rio Grande do Sul, representam uma sangria da ordem de quinhentos milhões de cruzeiros.

É por isto que nós entendemos, nós os Parlamentares do PDS, que já fomos Governo e que hoje cumprimos a nossa missão de oposição lúcida e consciente, que a hora em que, acima da divergência partidária, deve pairar o interesse superior da gente do Paraná, não só no campo da situação dramática que enfrentamos, mas no campo, por exemplo de uma luta por uma reforma tributária séria, que defina encargos e responsabilidades, e que sobretudo não penalize o Estado que tanto produz para a nossa Nação, como também numa idéia de transformar os ditames da campanha do Partido do PMDB, em realidade através de uma reforma à Constituição, lúcida e séria, poderia unir os esforços dos parlamentares independentemente das siglas partidárias.

Concedo o aparte com muito prazer, ao Deputado Augusto Carneiro.

O Sr. Augusto Carneiro — Agradeço a Vossa Excelência. Não sei se o tempo me permite interferir nesse aparte, mas eu queria rapidamente, nobre Deputado, dizer de que me parabeno com Vossa Excelência em abrir esta condição, até se tornando sensível ao apelo feito pelo Governador José Richa. Esta atitude da nossa bancada é procurar, em interesse maior do Estado, colaborar com o programa e o trabalho desenvolvido pelo Governo. Não é um assunto que vai nascer agora. Eu e o Deputado Pimentel, já estivemos em conjunto com a Comissão de Agricultura deste Poder em Brasília, acompanhando o Sr. Secretário da Agricultura, para lá reivindicarmos no interesse maior do nosso Estado, sem nenhum constrangimento por acompanharmos o Secretário do Governo, mas conscientes da nossa responsabilidade, pois ao abraçarmos uma agremiação política, uma sigla partidária, nós fazemos de acordo com a nossa intenção, mas procurando todos, creio eu, servir acima de tudo ao nosso Estado e a nossa gente. Por isso um apelo desta ordem. Nós estamos prontos e creio eu que todos os companheiros de bancada, para somarmos o esforço maior que é servir o nosso Estado e tudo o que temos feito nesta Casa, inclusive de cobrança de trabalho, de atuação, de fatos concretos do Governo, é também para ajudar o bem-estar do Paraná.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu agradeço e concluindo, Senhor Presidente, digo que a nossa posição dessa tribuna, não significa renúncia à nossa postura de Oposição, mas significa sobretudo a reafirmação dos compromissos dos parlamentares do PDS com o bem estar da nossa gente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é reservado.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Ocupará a tribuna, o Sr. Deputado Paulo Cesar Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (LÊ):
Atenção eu peço. Atenção ao respeito de abrir um coração.

Essa operação vital começou justamente a 15 de novembro de 1982, quando o povo com a sua sabedoria operatória, não deixou o coração parar de bater, nem quando o órgão recebeu o corte do bisturi, da abertura das urnas. Não foi necessário colocação de ponte de safena, porque nós em campanha, já sabíamos que a todo o tempo, a morte do arbítrio, rondou o quarto do PDS.

É tão real, como vencer amparado pelas mãos calejadas do povo, é procurar nas fábulas, páginas encostadas à realidade.

Triste útero que acalenta o traidor, mas perdoado será, pois a premonição é via de privilegiados, e sentença de futuro.

Quantas vezes o acalentador choraria, se adivinhasse que seu acalentado seria um Judas. Seu nome poderia ser Pedro, Paulo ou João Batista. Em somente um deles levaria a cruz que pelos tempos deveria crucificar leitores e telespectadores com inverdades, usando para espargir pelas páginas diárias e pelos vídeos, o ódio, o gosto pelo cálice cheio de veneno, sempre pronto para fornecer doses geladas de maldade.

Quantas vezes não chorou, pelos cantos deste Paraná, o "Criador", que deu àquele garoto de Avaré, a coroa de príncipe de uma terra sem rei, onde a soberania está no suor de quem trabalha.

Quantas vezes o "criador" amaldiçoou a criatura. Quantas vezes lacrimoso, lavou as mãos daquele barro sem qualidade, impuro, e no seu amor próprio ferido, maldisse a moldura que ornava o ilustre discípulo

Esperto, o príncipe, que tinha 37 anos então, e sabia que só fanatizando seu povo conquistaria o poder ilimitado, a que aspirava. Esperto, sabia que nada fanatiza tanto como o preconceito. E ergueu a grande pira da comunicação, e foi queimado nela, os de raças impuras. Assassinando os ideais de um povo, entre rotativas, manchetes e vídeo-tapes. Alugando opiniões, espalhando editoriais.

A letra fria da Constituição diz apenas: o governador exerce o Poder Executivo.

Que estranho poder será esse, que faz com que as pessoas se alimentem num mesmo prato, depois escondem o prato, o garfo, a faca, e esperem momentos de distração para apunhalarem próprios companheiros convivas? Quais as pessoas que se sentam hoje na sala de jantar?

Os traídos, ou outros que serão servidos na bandeja do lauto e desvairado banquete?

Seu nome poderia ser João Batista, Pedro ou Paulo. Mas o Paraná teve que carregar essa cruz. Só não se pode esquecer que o Paraná acorda cedo. E Curitiba poderia, numa manhã de inverno, ser documentada com a data: 20 de julho de 1966. 145 anos de Independência.

Manhã, que o governador da cruz, assinou 72 decretos; 14 exonerando 12, nomeando, 9 transferindo 7 aposentando, 6 retificando, 5 abrindo créditos, 4 removendo, 3 tornando sem efeito, 3 concedendo pensões 3 efetivando, 2 revogando, 3 admitindo, 4 demitindo, 1 transferindo e 1 declarando de utilidade pública.

E vejam quem deita falação? Quem sempre viveu preocupado em adquirir cabedais, ainda que por meios sórdidos e impróprios de seu Estado.

E muitas professoras não se esqueceram, até hoje, como foi a perseguição naqueles anos. Com que ódio, o

príncipe crucificador, usava a cruz do nome para cercar de um ar sagrado, que tornasse sacrílegas as análises e as discussões em termos racionais. A impostação solene de voz, ao mandar demitir simples serventes. As palavras altissonantes e de impacto afetivo, do beijo traidor, em mil faces, criavam associações mentais, propícias.

E o criador disse à criatura: — Você é tirano, é déspota...

E estavam rompidos os laços.

Sonhador, vaidoso, usava cinco aviões. Um DC-3, dois bimotores Baron, um bimotor Comanche e um Cessna 185, monomotor. Mas amava mesmo o DC-3, gostava de se sentir às alturas, sobre os outros, sobre o Estado. Mas as vezes numa razante de recaída, humilde, usava um deles para voar com a família, veloz, para a fazenda ao norte deste Paraná.

E como tinha facilidade para colocar polícia nas ruas. Mesmo a sua casa era bem guardada. Mandou instalar uma guarita, e a postos ali, dois soldados velavam seu sono.

Será que conseguia dormir, depois de declarar que não dava ao povo, terrenos, nem casas, nem empregos, vacas leiteiras, dinheiro e tudo o mais?

Dizia que não era mago capaz de prodígios. E não era mesmo. Quem trai, não tem sensibilidade para ver que o povo, é assim mesmo, como filho, pede coisas, às vezes impossíveis. Mas quer mesmo, o carinho de uma palavra amiga, de um pai, do governante que escolheu, não do padrasto, com o açoite na mão, impondo-lhe todos os castigos.

As enchentes desta nova realidade, estão mostrando isso, que o governo tem ido de todas as maneiras ao encontro dos necessitados, sofrendo com eles. Não se vê revolta. Pelo contrário, existe esperança. Mesmo para aqueles que perderam tudo. Porque os homens que eles escolheram estão ali, juntos, procurando soluções práticas. Foi por isso que o povo paranaense votou. Para derrubar o despotismo instalado, da mentira com “chantili”, que o povo cansou de engolir, como o melhor prato.

E hoje vemos o velho cacique, se arrastando por trás das bracatingas, fingindo-se de morto, doente, enfraquecido. E seus alunos e príncipes, escondidos atrás de pinheiros, espiando com medo, desconfiados da energia do vento democrático, que em circulares idas e vindas, virou ciclone e varreu debaixo do tapete, todo o lixo, armazenado durante longo tempo.

O povo votou e escolheu. Confiou.

E não adiantará papel jornal, nem a suprema tecnologia da televisão porque a verdade está de boca em boca, como um beijo, levando a verdade, desmentindo as manchetes. E nenhum arquivo morto, viverá como “zumbi”, penando como em 1967, pelas esquinas curitibanas, atrás de sangue, como o “Vampiro de Curitiba”, entoadado pelo Dalton Trevisan. Ele era tido como um dos governadores mais ricos da época, mas desprezava os pobres. E pobre de espírito pregava-os na cruz. E lia para lazer infinito e puro: “como se tomam as decisões na Casa Branca”, de Ted Sorensen, “Nações Ricas e a Libertação dos Subdesenvolvidos”, de

Bárbara Ward. Será que foi chamado algum dia de comunista, de João Batista, Pedro ou Paulo? Em 1967 não tinha vinculação partidária profunda com nenhum dos antigos partidos, e só se preocupava com seu esporte preferido: esqui-aquático, todo fim de semana no Paranapanema.

Prometeu levar asfalto às fronteiras da Argentina, do Paraguai e da Bolívia. Mas nos caminhos da integração se perdeu pelas veredas e se desculpou dizendo, que administrar bem, faz parte dos próprios bens.

Eu peço a atenção dos Senhores, pois pretendo fechar essa operação de peito aberto. E quero pedir mais que esse sangue que se derramou seja sempre a força plasmada, que o parlamentar e o povo do Paraná escolheram sintam e vejam, como a sua própria voz. Que inspire a nossa consciência.

Porque tenho a certeza que mesmo crucificados um dia, pela sordidez da traição, de Pedro, João Batista ou Paulo, que traiu ideais, o Criador, a opinião pública, partidos, existem nesta nossa terra, que alimenta o Brasil, um João casado com uma Rosa. Que tem quatro ou cinco filhos, que dormem na nossa esperança.

Dentro do sonho de um João, irmão nosso, existe a vontade de trabalhar por seus filhos, sua gente. E o trabalho pede pressa. E João às vezes sorri, dormindo, voando sobre os campos de trigo novinho, e no lugar das hienas e abutres de sempre, muito pão. Dezenas de pães, multiplicados.

MORAL: Às vezes o avestruz da comunicação, tem cabeça grande demais para enfiar no buraco da erosão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra o Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É com muita honra e com muita alegria que inicio hoje a minha participação aqui ocupando esta tribuna, em nome do meu partido e em nome do povo que me honrou, colocando-me como seu representante nesta Casa de Leis. Motivo que todos os Srs. sabem e que eu aqui e agora reafirmo, tratar-se para que não haja nenhum abuso e nenhuma interpretação errônea, reafirmo tratar-se de caráter pessoal e familiar.

Estou aqui iniciando a minha participação em plenário. Entendo que é desta tribuna, mas não de forma exclusiva, que um Deputado pode legitimamente interpretar os anseios do povo. Neste período, de março até agora, tenho procurado desempenhar minhas funções de Deputado, junto às Comissões Técnicas desta Casa, para lá dentro destas Comissões, mostrar que o Paraná está a caminhar por novos caminhos para construir um Paraná novo.

Na Comissão de Educação que tenho a honra de presidir, tenho procurado levar e tenho conseguido em face do beneplácito dos Deputados que a compõem, tenho conseguido fazer com que esta Comissão Técnica trabalhe como manda o regimento, no sentido de debater os problemas que afligem a educação de nosso Estado. Já realizamos cinco reuniões, quatro ordinárias, uma extraordinária. E lá na Comissão de Educação desta Casa, abrindo-se ao povo, democratizando este Poder, nós temos recebido a visita e a presença de pessoas do governo e de representantes da sociedade civil organizada. E lá já debatemos o problema da merenda escolar; já debatemos o problema da escola

consolidada; já debatemos o problema da assistência ao educando; já debatemos também a problemática da participação do estudante no Conselho Estadual de Educação.

Por isso, aqui estamos para estabelecer um tempo novo também nesta Casa, para que esta Casa esteja aberta à população como um todo, para que esta Casa seja também um Poder, usando uma expressão que está sendo muito usada, transparente à sociedade civil organizada.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Adhail Sprenger Passos, muito me honra apartá-lo nesta oportunidade, para me congratular com Vossa Excelência pela sua participação nos debates de plenário desta Assembléia Legislativa.

Já conhecemos Vossa Excelência da Câmara Municipal de Curitiba, e sempre vimos um legislador combativo, autêntico e capaz. E confesso a Vossa Excelência que estava já estranhando a sua ausência nos debates deste plenário, porque sempre vimos o alto nível, com que Vossa Excelência sempre se houve, nos assuntos que foram levados a debate naquela Casa de Leis, onde tivemos a oportunidade de aprender muito com Vossa Excelência.

Outrossim, eu quero me solidarizar com o aparte, do pronunciamento que Vossa Excelência faz nesta tarde, relacionado com o funcionamento da Comissão de Educação desta Casa. Posso afirmar que esta Comissão está funcionando de forma exemplar. É lamentável que nem todos os Deputados possam haurir os conhecimentos que são transmitidos nestas reuniões da Comissão. Acredito que se outros comparecessem, beneficiado seria o próprio povo paranaense, porque o Deputado, enfim, é aquele elo de ligação, entre o povo e as demais autoridades constituídas.

E nós, como legisladores, temos este dever solene de burilar as questões de tal maneira, que o melhor seja alcançado para o benefício da sociedade. Quero reafirmar os nossos propósitos de colaborar com este plano de Vossa Excelência, como Presidente daquela Comissão, plano de dinamismo, de ação, de participação. Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e aproveito a oportunidade para dizer a todos os Srs. Deputados que a Comissão de Educação se reúne todas as terças-feiras, às 13:30, e seria muito honrosa a presença de cada um e de todos, para que juntos possamos nos aprofundar na análise da problemática educacional do Estado, e faço também um apelo à Bancada de Imprensa nesta Casa, que dão naturalmente uma cobertura necessária e eficiente aos trabalhos do plenário da Assembléia Legislativa do Paraná, mas que deviam estar também voltados a dar cobertura, também eficiente e necessária aos trabalhos das Comissões Técnicas, onde, mais especificadamente, se pode analisar os problemas a que me referi, que são da maior importância para as transformações que o Paraná precisa e espera. Dou o aparte a Vossa Excelência, nobre Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Deputado Adhail, agradeço a Vossa Excelência, e fico assim admirando a sua conduta nesta Assembléia, que podia servir de exemplo

aos homens que só sabem achincalhar; aos homens que não vêem o passado. Vossa Excelência é um homem que, com a devida vênia, nós respeitamos, que sirva de exemplo para nós, os menos esclarecidos, a conduta de Vossa Excelência, e que sirva de exemplo para os moços que vão a esta tribuna, achincalhar, a menosprezar, a dizer aos homens do passado, onde o Governador fez parte da equipe desses moços que não sabem do passado.

Vossa Excelência, Deputado Adhail, merece o nosso respeito; Vossa Excelência está dando um, exemplo da "democracia"; um exemplo onde não se pode tripudiar, Deputado Adhail Sprenger Passos, e um exemplo que sirva aos jovens com o seu ímpeto e com a sua vontade de tripudiar, de massacrar, de achincalhar os homens que foram mestres de José Richa, que foram os mestres de Jayme Canet.

Vossa Excelência está falando muito bem sobre uma tranquilidade (eu sei que Vossa Excelência tem o seu prazo limitado) mas esses moços que não venham de "borzequim ao leite", como diz o português, porque se Ney Braga errou no passado, estava censurado por seu chefe da Casa Civil, que foi o Governador José Richa.

Muito obrigado.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Agradeço o aparte de Vossa Excelência. Devo ainda mostrar que o "Paraná" caminha por novos caminhos: um Paraná novo. Hoje tomaram posse no Conselho Estadual de Educação, representantes da sociedade civil, que vão contribuir para as reformas do sistema Estadual de Ensino em nosso Estado. Não gosto de adjetivar a palavra democracia. Mas é a ênfase que o Paraná novo quer dar à participação da sociedade no Poder. Não aceito adjetivar a democracia, porque democracia é ou não é.

Democracia tem o aspecto da representatividade. Mas também tem o aspecto da participação. E hoje tivemos um exemplo com a posse, no Conselho Estadual de Educação, de representantes da Sociedade Civil, que passarão a participar na reformulação da política educacional do Estado.

Por Decreto de Sua Excelência, o Sr. Governador do Estado, de nº 677, do dia 02 de maio de 1983, novos membros do Conselho de Educação foram nomeados. O Professor Leo Kesser e a Professora Lilian Ana Waschovickz estão representando o Governo do Estado. Tomou posse também o Professor Mário Araújo, representando a Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná. E neste ato, inclusive representando todo o corpo docente do terceiro grau, no Paraná inteiro, porque o Professor Mário Araújo foi indicado pela Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior, e fez parte também da atual Diretoria da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná. Também tomou posse hoje, ainda nomeado pelo Decreto há pouco referido, o Professor Adir de Lima, como membro efetivo do Conselho Estadual de Educação, representando a Associação dos Professores do Paraná. Por igual, tomou posse no Conselho Estadual de Educação, nomeado por Decreto de Sua Excelência, o Sr. Governador do Estado, Decreto nº 829, de 24 de maio último, o estudante universitário Luiz Henrique Bona Turra, representando todo o estudante do Paraná.

Estes homens, principalmente os três últimos, estes membros do Conselho Estadual de Educação, principalmente o estudante e o representante da Associação dos Professores ambos professores do Paraná e professores da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, eles não estão lá representando o Governo ou a si próprios; estão representando uma parcela da sociedade.

paranaense. Estão lá representando os interesses dos estudantes e dos professores que, junto com o Governo, vão naturalmente estabelecer uma reformulação radical; porque deverão atingir as raízes do problema educacional paranaense. Vão estabelecer novas premissas e vão reformular o sistema estadual de Educação. Vão reformular a lei que já está superada. A lei que estabeleceu, há alguns anos atrás, o sistema estadual de ensino em nosso Estado.

É a sociedade civil participando. É a ênfase que o Paraná novo quer dar ao aspecto estritamente democrático do Poder. O Poder aberto. O Poder em que a sociedade participa da tomada de decisões. É o estabelecimento de um Governo eminentemente democrático. Porque a Democracia só o é, quando ao lado da representatividade que temos nesta Casa, em outros Parlamentos, outros Parlamentares a têm, ao lado da representatividade, deve haver bastante ênfase, bastante agressividade, a participação da sociedade na tomada de decisões políticas, porque só assim teremos uma sociedade verdadeiramente democrática.

O SR. NILSO SGUAREZI — Vossa Excelência concede um aparte?

Nobre Deputado Adhail Sprenger Passos, Vossa Excelência ao falando no Horário da Liderança, tem o endosso da nossa bancada, para as colocações e o registro todo especial que Vossa Excelência faz, porque nesta data, tomaram posse novos Conselheiros, no Conselho Estadual de Educação eleitos diretamente e legitimamente pelas suas categorias. E, como disse Vossa Excelência, passarão a representar os interesses dessas categorias no Conselho Estadual de Educação.

Eu quero dizer a Vossa Excelência que estréia nesta tribuna, que é gratificante e reconfortante para nós, seus colegas de partido, ouvirmos, já em condições plenas de desenvolver todo o trabalho que a sua qualificação pessoal credencia, para que realmente seja nesta Casa, um dos Parlamentares, cuja atuação haverá de trilhar o mesmo caminho, o mesmo brilhantismo, a mesma eficiência com que Vossa Excelência marca registrada na Câmara Municipal de Curitiba. É verdadeiramente honroso para nós, tê-lo em nossa companhia e nas fileiras de nosso partido, porque sabemos que Vossa Excelência a par do preparo pessoal, a par do comprometimento com os compromissos sagrados da democracia, é de uma dedicação que aqueles que o conhecem mais profundamente, podem bem avaliar a figura e a espécie rara de homens públicos como Vossa Excelência.

Receba de nossa parte, em nome da liderança de nossa Bancada, em nome dos colegas que representamos, a satisfação em vê-lo, nesta tarde, de maneira tão brilhante, mostrando tudo que Vossa Excelência é capaz, tudo que haverá de fazer, não apenas pela nossa bancada, não apenas pelo nosso partido, mas tudo aquilo que Vossa Excelência dará seqüência à vida pública do Paraná, temos certeza de que se padrão fosse, Vossa Excelência de homens públicos e políticos, de parlamentares, nosso Estado, estaria numa outra posição bem mais elevada do que hoje estamos. Receba pois as nossas congratulações e as nossas boas vindas.

Muito obrigado.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Adhail Sprenger Passos, a presença de Vossa Excelência nesta tarde e o convívio de Vossa

Vossa Excelência neste Parlamento, realmente é gratificante, não só para o seu partido, mas para todos os parlamentares que acreditam como Vossa Excelência, na democracia, no estabelecimento do confronto das idéias. E Vossa Excelência tem demonstrado isso ao longo da sua vida pública, não só pública como de sua vida pessoal, engenheiro, professor universitário, vereador brilhante na Câmara Municipal, Vossa Excelência com segurança trará às luzes do seu conhecimento e da sua honradez e dignidade pessoal, para elevar os debates da Assembléia Legislativa. Gostaria de fazer outras considerações a respeito do assunto, que Vossa Excelência entretanto, pela exigüidade do tempo, limito-me com total e absoluta sinceridade, a desejar a Vossa Excelência que renove nesta Casa, o brilhantismo com que se houve na Câmara Municipal de Curitiba.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, que muito me honrou, como de resto, os dos demais apartantes.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Adhail, depois de escutar as palavras dos Deputados que o apartaram, pouca coisa poderia eu acrescentar. Mas não poderia me furtar de deixar passar essa oportunidade de dizer da satisfação que tenho tido aqui na Assembléia, em conviver com Vossa Excelência e do que tenho aprendido neste convívio. E também testemunhar o entusiasmo com que tem se portado junto à Comissão de Obras, a qual tenho a honra de presidir e o entusiasmo, que tem entusiasmado a todos os Membros daquela Comissão e feito com que também funcione esta Comissão, que no ano passado nem uma vez sequer, havia se reunido.

Parabéns, Deputado Adhail e quero pedir permissão aos Deputados que o apartaram, antes de mim, de fazer minhas as palavras deles também, uma homenagem que esta Casa presta a um Deputado que vem trabalhando nas Comissões, fazendo com que elas realmente atuem, no sentido de esclarecer os assuntos mais importantes para o Estado do Paraná.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e concluo, Sr. Presidente, afirmando que dois assuntos me trouxeram à tribuna, demonstrar a importância das Comissões Técnicas deste Poder e a importância do ato hoje havido no Conselho Estadual de Educação, pela posse dos novos membros desse Conselho.

Obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Esta presidência tem a satisfação de anunciar a presença em plenário do Sr. Aparecido de Oliveira, Vereador em Barbosa Ferraz.

A Mesa com base na Resolução 2/71 abre prazo, por três dias consecutivos, a contar de amanhã, dia 07 do corrente, para oferecimento de emendas à proposição 61/83, de autoria dos Srs. Deputados Anibal Khury e Ailton Cordeiro, que acresce um § ao Artigo 108 da Constituição do Estado.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, constante do expediente.

Necessita de apoio. — APROVADO. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apuração da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 07/83, de autoria do Deputado Augusto Carneiro, que aumenta o número de Vereadores da Câmara Municipal de Campo Mourão, conforme especifica. Com parecer favorável da CCJ, por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 16/83, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que declara de utilidade pública a "Augusta e Respeitável Loja Simbólica Apóstolo da Caridade II", com sede e foro nesta Capital. Com parecer favorável da CCJ, por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 17/83, de autoria do Deputado Roberto Requião, que declara de utilidade pública a "Associação dos Moradores e Amigos da Vila Maria", com sede e foro em Curitiba. Com Parecer Favorável da CCJ, por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 20/83, de autoria do Deputado Mário Pereira, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância APMI — de Cascavel, com sede e foro no referido do Município. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida Cesar, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Cecília Batista Mattos, ocorrido dia 2 de junho, no Município de Ortigueira. — APROVADO. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente a Secretaria de Cultura e Esporte, para que a Paranatur estude as potencialidades turísticas da "Gruta do Alume", no Município de Tibagi. — APROVADO. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a inclusão do Município de Telêmaco Borba no programa do Pró-Rural. — APROVADO. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, para que o ITC execute, mediante convênio com o Município de Tibagi, trabalho visando o planejamento urbano de uma área de 44 alqueires no Distrito de Alto Amparo. — APROVADO. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando seja

oficiado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, pleiteando providências junto ao DER e DNER, na restauração do leito da Rodovia BR-376, trecho do Rio Barrinha, danificado pelas chuvas que assolaram a região. APROVADO. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Desembargador Dr. Henrique Nogueira Dorfman, ocorrido nesta Capital. — APROVADO. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado expediente a Senhora Ministra da Educação, visando a criação de uma Escola Técnica Federal no Município de Paranaguá. — APROVADO. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando seja oficiado apelo aos Srs. Presidente da República e Ministro do Interior, encarecendo estudos para criação do INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO. — APROVADO. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarez, constante do expediente, solicitando o envio de telex aos Srs. Ministros da Fazenda, Agricultura e Planejamento, encaminhando as reivindicações das Cooperativas do Sudoeste do Estado. — APROVADO. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente aos Srs. Presidente da Sudesul, Secretário dos Transportes e Secretário do Planejamento, encarecendo estudos para liberação de recursos para o Município de Planalto, atingido pelas chuvas que assolam nosso Estado. — APROVADO. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente aos Srs. Presidente da Sudesul, solicitando seja oficiado expediente aos Srs. Presidente da Sudesul, Secretário do Planejamento e Secretário dos Transportes, anexando cópia do levantamento dos efeitos provocados pelas chuvas no Município de Chopinzinho. — APROVADO. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação da Estrada Aguapeí, que liga os Municípios de Japurá e São Carlos do Ivaí, num trecho de 12 km. — APROVADO. — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 04/82.

Levanta-se a sessão.